



Anais da Assembléia

N° 74

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 08 DE JUNHO DE 1993

ANO XIX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI
Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO
1º Vice-Presidente - BPI

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO
2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY
1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO
2º Secretário - PP

BASILIO ZANUSO
3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI
4º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL Deputado DUÍLIO GENARI
PDT Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI
PT Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
PL Deputado CARLOS XAVIER SIMÕES
PP Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA
BPI Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 13: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida Cesar - Cleiton Kielese Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - Luiz Antonio Penteado Setti - • Oswaldo Trevisan - • Luiz Henrique Bona Turra - • Nereu Alves de Moura; **Suplentes:** - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP - 10:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Julio Bifon - Antonio Costenaro Neto; **PFL - 05:** Elio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duílio Genari - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia; **Suplentes PFL e PRN:** José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT - 06:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Algaci Osmário Túlio - Paulo Maia de Oliveira - Namir Piacentini - Luiz Carlos Zuk; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mario Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB - 09:** José Colombino Grassano - Lourenço Fregonese - Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademair Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca; **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB - 01:** Alceu Antonio Swarowski; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL - 01:** Carlos Xavier Simões; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE - 06:** Valdir Luiz Rossoni - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Antonio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto - Secretário da Justiça e da Cidadania.
(•) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 55.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 08 DE JUNHO DE 1993
(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Senhores Deputados Júlio Bifon e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Cleiton Kiesel, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Heinz Herwig, João Iensen, João Preis, José Alves, José Arthur Ritti, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix, Toti Colaço e Rossoni (50). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Carlos Simões, Eurides Moura, Namir Piacentini e Nereu Alves de Moura (04).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da Sessão anterior à qual foi aprovada sem observação.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Indicações:

I N D I C A Ç Ã O

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, líder do partido do B.P.I., no uso de suas atribuições regimentais, indica para compor a Comissão Especial de assuntos relativos à ULTRAFÉRTIL, o Deputado Nelson Justus.

Sala das Sessões, em 08.06.93.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Líder do Partido BPT

I N D I C A Ç Ã O

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, líder do Partido PDT, no uso de suas atribuições regimentais, indica para compor a Comissão Especial de assuntos relativos à ULTRAFÉRTIL, o Deputado Paulo Maia.

Sala das Sessões, em 08.06.93.

(a) PAULO MAIA

Líder do Partido PDT

I N D I C A Ç Ã O

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, líder do Partido PT Florisvaldo Fier, no uso de suas atribuições regimentais, indica para compor a Comissão Especial de assuntos relativos à ULTRAFÉRTIL, o Deputado Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha).

Sala das Sessões, em 08.06.93.

(a) DOUTOR ROSINHA

Líder do Partido PT

I N D I C A Ç Ã O

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, líder do Partido PTB, no uso de suas atribuições regimentais, indica para compor a Comissão Especial de assuntos relativos à ULTRAFÉRTIL, o Deputado Lourenço Fregonese.

Sala das Sessões, em 08.06.93.

(a) ERONDY SILVÉRIO

Líder do Partido PTB

I N D I C A Ç Ã O

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, líder do Partido Liberal, no uso de suas atribuições regimentais, indica para compor a Comissão Especial de assuntos relativos à ULTRAFÉRTIL, o Deputado Carlos Simões.

Sala das Sessões, em 08.06.93.

(a) COLOMBINO GRASSANO

Líder do Partido PL

I N D I C A Ç Ã O

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, líder do Partido PP, no uso de suas atribuições regimentais, indica para compor a Comissão Especial de assuntos relativos à ULTRAFÉRTIL, o Deputado Geraldo Cartário.

Sala das Sessões, em 08.06.93.

(a) NILTON BARBOSA

Líder do Partido do PP

I N D I C A Ç Ã O

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, líder do Partido PMDB, no uso de suas atribuições regimentais, indica para com-

por a Comissão Especial de assuntos relativos à ULTRAFÉRTIL, o Deputado Luiz Bona Turra.

Sala das Sessões, em 08.06.93.

(a) RENATO ADUR

Líder do Partido PMDB

I N D I C A Ç Ã O

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, líder do Partido PSDB, no uso de suas atribuições regimentais, indica para compor a Comissão Especial de assuntos relativos à ULTRAFÉRTIL, o Deputado Alceu Swarowski.

Sala das Sessões, em 08.06.93.

(a) ALCEU SWAROWSKI

Líder do Partido PSDB

I N D I C A Ç Ã O

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, líder do Partido PFL, no uso de suas atribuições regimentais, indica para compor a Comissão Especial de assuntos relativos à ULTRAFÉRTIL, o Deputado Plauto Miró Guimarães.

Sala das Sessões, em 08.06.93.

(a) DUÍLIO GENARI

Líder do Partido PFL

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 1712

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência para o Projeto de Lei n° 235/93, que objetiva acrescentar parágrafos ao art. 2°, da Lei n° 5.515, de 15 de fevereiro de 1967 (Lei do Fundo do Desenvolvimento Econômico FDE).

Sala das Sessões, em 08.06.93.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 1701

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª Discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 08.06.93.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 1719

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o Plenário a Retirada da Ordem por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei Complementar n° 046/93, que revoga o artigo 7°, da Lei Complementar n° 46, de 20 de dezembro de 1989.

Sala das Sessões, em 08.06.93.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 1717

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei n° 206/93 de minha autoria.

Sala das Sessões, em 08.06.93.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO N° 1726

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a votação em bloco das Proposições n°s 11 e 19/93, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 08.06.93.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO N° 1739

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER da Presidência desta Mesa, a alteração da data do depoimento do Deputado Federal Delcino Tavares e do Coordenador de Cooperação Técnica do INAMPS, Doutor Mário Tourinho, para o dia 21 do corrente.

Sala das Sessões, em 08.06.93.

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO N° 1742

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem, pelo presente, expor e ao final REQUERER o que se segue:

1. Fui designado relator da Comissão Parlamentar de Inquérito que apurou denúncias de irregularidades no âmbito da Polícia Militar do Estado do Paraná, como é do conhecimento de todos os meus pares neste Parlamento.

2. Desempenhei minhas funções com probidade, imparcialidade e honestidade, tendo apresentado relatório final em data de 15 de abril próximo passado conforme consta da Ata da 9ª Reunião (Documento n° 1).

3. Quando da discussão do relatório final apresentado, o nobre Deputado Colombino Grassano solicitou prazo para que melhor pudesse aquilatar nos contidos naquele documento.

Mediante tal requerimento o Senhor

Presidente determinou que até às 12 horas do 26 de abril, teriam os Senhores componentes da Comissão Parlamentar de Inquérito, prazo para apresentarem sugestões ou emendas a serem colocadas no relatório final, conforme consta da já inclusa Ata da 9.^a Reunião Ordinária.

De inópto, levantamos a questão de que o pedido do Deputado Colombino Grasano havia sido de "vista" conforme instrui o Parágrafo 11 do artigo 51, da Resolução n° 159/90. Não levando em consideração a preliminar levantada por nós, o Senhor Presidente da Comissão insistiu na data de 26 de abril, às 12 horas, como data de retorno da discussão de nosso relatório. Calei-me perante os dispositivos do parágrafo 2° do Artigo 51 da já citada Resolução 159/90, embora tal dispositivo não tenha de leve sido nomeado por aquela presidência para justificar o seu ato despótico.

Novamente insurgi-me contra a medida na indicação de que a data de 26 de abril, já estaria extrapolando o prazo limite determinado por este parlamento para a conclusão do Inquérito em referência.

Mesmo assim, fui voto vencido, e ficou determinado que seria o dia 26 de abril, às 12 horas, o prazo limite para apresentação de emendas e sugestões encerrando desta forma a discussão do meu relatório, ficando ainda determinado que a presidência da Comissão apresentaria um requerimento solicitando a prorrogação dos trabalhos por mais 10 dias.

Fugiu o Deputado Florisvaldo Fier, doutor, por ser médico, presidente da Comissão em apreço aos ditames dos Regimentos Internos desta Casa, ferindo frontalmente o Parágrafo 2° do Artigo 51 da Resolução 159/90.

Temos percebido Senhor Presidente, que um dia, não importa quando, os Senhores Deputados deste Parlamento terão que entender que, vontade de maioria, vontade de Plenário, não é decisão plenipotenciária. Estas vontades não podem modificar em "determinado momento", os contidos em dispositivos legais. Confundem o recurso a Plenário previsto no artigo 120 do Regimento Interno com a possibilidade de a maioria, cometer absurdos. Se assim fosse, o Plenário de qualquer Parlamento poderia, a qualquer tempo, derrubar artigos ou transformá-los, diferenciados do intuito inicial, podendo até mesmo modificar textos constitucionais.

De comezinho entendimento na seara jurídica legislativa que os ritos processuais devem obedecer regras e fundamentos devidamente institucionalizados e não flutuarem em mares rasos, desprovidos de qualquer sentido jurídico social.

Se em um parlamento a vontade da maioria há de observar os dispositivos de lei

Curitiba, terça, em 08.06.93

quanto mais um Presidente de Comissão Parlamentar de Inquérito.

4 - E, desta forma, com as mesmas atitudes descabidas, despóticas e injurídicas vamos encontrar a Ata da 10.^a Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Nela verificamos uma verdadeira confusão, onde profilaxia sanitária se mistura com hermenêutica jurídica gerando um monstro chamado Relator "Ad Hoc" e, indicado para promover o relatório final da CPI.

5 - Senhor Presidente, assim se expressa o Parágrafo 5° do Artigo 51 do Regimento Interno:

"§ 5° - Se o parecer do relator não for adotado pela maioria da Comissão, o Presidente designará novo relator, dentre os que a constituem".

Como podemos observar, na inclusa Ata da 10.^a Reunião Ordinária, o nosso relatório foi APROVADO. Nesta situação não há que se falar em outro, ou novo relator. Há que se manter o relatório aprovado com inclusão de possíveis emendas, o que iremos analisar na sequência.

Vejamos o que diz o Parágrafo 4° do art. 51 do Regimento Interno:

"§ 4° - Se o parecer tiver alterações, com as quais esteja de acordo o relator, será concedido a este prazo até a reunião seguinte, para redigi-lo de conformidade com o vencido, ou apenas de quarenta e oito horas, em casos de urgência".

Como percebemos, as alterações e ou emendas terão que estar de acordo com o prisma do relator, cabendo a este o direito e poder de aceitá-las ou não.

"In Casu", este relator considera as emendas apresentadas como ineficazes, por serem redundâncias adjetivadas das opiniões contidas do relatório principal. Verifica-se, também, que muitas delas são oriundas de investigações individuais de seus proponentes, não trazidas ao conhecimento dos demais membros dessa CPI de forma legal.

Se não aceitamos as emendas apresentadas pelos motivos supracitados, "Ipso Facto", deixamos de tomar conhecimento do arazoado apresentado pelo denominado "Relator Ad Hoc", de vez que versa sobre matéria vencida.

EXPOSIÇÃO FINAL

a - Ata da 9.^a Reunião Ordinária. Marca reunião para o dia 26 de abril, às 12 horas.

b - Ata da 10.^a Reunião Ordinária. Realizada no dia 20 de abril, próximo passado, às 10 horas, versando sobre matéria determinada para o dia 26 de abril.

Relator Oficial não convocado dentro dos prazos e formas regimentais.

c - Não cumprimento dos §§ 3, 4, 5, 6 e 11 do Artigo 51 da Resolução 159/90.

d - Relatório Trevisan aprovado conforme consta da Ata da 10.^a Reunião Ordinária.

Posto isto, e na melhor forma de direito, REQUER:

1 - Que o relatório apresentado na subscrição de relator "ad hoc" seja considerado ineficaz pelas razões e motivos supracitados.

2 - Que o Projeto de Resolução a ser elaborado por essa Executiva, tenha por parâmetro e escopo o relatório Trevisan único juridicamente capaz de gerar efeitos;

3 - Que da decisão de Vossa Excelência seja dado conhecimento aos demais membros da Executiva desta Casa de Leis como recurso necessário, e, posteriormente, ao Plenário, como recurso extraordinário.

4 - Se esse não for o entendimento de Vossa Excelência e esgotados os prazos recursais seja apresentado como voto em separado como preceitua o § 7º, Artigo 51 do citado diploma legal que já é a Resolução 159/90, bem como dada comunicação do mesmo aos canais competentes.

(Como Requer)

Sala das Sessões, em 08.06.93.

(a) OSWALDO TREVISAN

REQUERIMENTO N° 1694

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o registro em ata dos trabalhos desta Sessão, voto de congratulações e muito aplauso à Senhora Zilá de Oliveira, religiosa e que há 30 anos vem trabalhando incansavelmente em prol de uma causa social comunitária e de irmandade na Vila Parque Industrial. Natural de Biguaçu, no Estado de Santa Catarina, continua com o seu trabalho junto à população mais carente da Vila Barigüi, localizada na Cidade Industrial de Curitiba, nesta Capital. Graças ao seu carisma pessoal e cristão, tem conseguido realizar atos de fraternidade e amor aos mais necessitados numa época tão difícil que nosso País enfrenta. Gente como a Senhora Zilá de Oliveira merece o carinho, o respeito e a admiração desta Casa!

Sala das Sessões, em 08.06.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 1699

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de ofício à Secretaria do Trabalho e Ação Social, solicitando envio de relatório, discriminando datas e valores de recursos repassados pelo SERLOPAR

àquela pasta e órgãos vinculados, no período compreendido entre 01/06/92 a 01/06/93.

Sala das Sessões, em 08.06.93.

(a) MÁRIO BEZERRA

REQUERIMENTO N° 1700

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER seja remetido ofício ao Chefe da Casa Civil do Governo do Estado do Paraná, solicitando o envio de cópias do Diário Oficial, onde conste a publicação semestral de relatórios das despesas com a propaganda e publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas da administração direta, indireta e fundacional, a contar de 15 de março de 1991, até a presente data, de conformidade com o Artigo 27, Inciso XXIII, § 2º da Constituição Estadual.

Sala das Sessões, em 08.06.93.

(a) MÁRIO BEZERRA

REQUERIMENTO N° 1695

Senhor Presidente.

O Deputado, Luiz Carlos Zuk, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Paraná, Roberto Requião de Mello e Silva, solicitando um estudo sobre a possibilidade de ceder vale-transporte, para todos os funcionários estaduais, que ganham até dois salários mínimos.

Mediante a crise econômica vivida em nosso País, o trabalhador que recebe dois salários, tem família para sustentar, e demais gastos, tem que desembolsar uma quantia referente a 40% do salário mínimo, para pagar seu transporte, visto que cada funcionário gasta em média quatro vale transporte por dia.

Se concedido esse benefício, os funcionários teriam uma renda mensal maior, podendo dar melhores condições de vida para sua família.

Sala das Sessões, em 08.06.93.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 1702

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, solicitando uma kombi para o atendimento na área educacional do Município de TAPIRA.

Sala das Sessões, em 08.06.93.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação repousa na imensa dificuldade para a locomoção de alunos de 1º e 2º graus, que residem em áreas rurais distantes da sede do município, e ficam impossibilitados de freqüentarem os cursos regulamentares.

Urge salientar, Senhor Governador, que com esta providência atenderemos em média 20 (vinte) estudantes que necessitam trafegar por áreas rurais não abrangidas pelo transporte coletivo.

REQUERIMENTO N° 1703

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, solicitando uma kombi para o atendimento na área educacional do Município de BRASILÂNDIA DO SUL.

Sala das Sessões, em 08.06.93.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação repousa na imensa dificuldade para a locomoção de alunos de 1º e 2º graus, que residem em áreas rurais distantes da sede do município, e ficam impossibilitados de freqüentarem os cursos regulamentares.

Urge salientar, Senhor Governador, que com esta providência atenderemos em média 20 (vinte) estudantes que necessitam trafegar por áreas rurais não abrangidas pelo transporte coletivo.

REQUERIMENTO N° 1704

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, solicitando uma kombi para o atendimento na área educacional do Município de FRANCISCO ALVES.

Sala das Sessões, em 08.06.93.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação repousa na imensa dificuldade para a locomoção de alunos de 1º e 2º graus, que residem em áreas rurais distantes da sede do município, e ficam impossibilitados de freqüentarem os cursos regulamentares.

Urge salientar, Senhor Governador, que com esta providência atenderemos em média 20 (vinte) estudantes que necessitam trafegar por áreas rurais não abrangidas pelo transporte coletivo.

REQUERIMENTO N° 1705

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, solicitando uma kombi para o atendimento na área educacional do Município de ALTO PIQUIRI.

Sala das Sessões, em 08.06.93.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação repousa na imensa dificuldade para a locomoção de alunos de 1º e 2º graus, que residem em áreas rurais distantes da sede do município, e ficam impossibilitados de freqüentarem os cursos regulamentares.

Urge salientar, Senhor Governador, que com esta providência atenderemos em média 20 (vinte) estudantes que necessitam trafegar por áreas rurais não abrangidas pelo transporte coletivo.

REQUERIMENTO N° 1706

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Política Habitacional, solicitando que seja incluído no Programa Casa da Madeira, o Município de MARILUZ.

Sala das Sessões, em 08.06.93.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a pretensão ora apresentada, em razão da constante alteração na economia do município, em razão da substituição das culturas permanentes pela cultura temporária e ainda, pelo crescente predomínio da pecuária sobre a agricultura, com o que se formou na cidade numerosos núcleos de trabalhadores rurais, que somente encontram emprego estável na época das safras.

Tendo em vista que tais trabalhadores não possuem condições financeiras para adquirir ou até mesmo locar moradias para suas famílias, e também pela carência de imóveis no município, forçando-os a residir em barracos sem as mínimas condições de higiene e segurança.

REQUERIMENTO N° 1707

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário

de Estado da Política Habitacional, solicitando que seja incluído no Programa Casa da Madeira, o Município de NOVA OLÍMPIA.

Sala das Sessões, em 08.06.93.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a pretensão ora apresentada, em razão da constante alteração na economia do município, em razão da substituição das culturas permanentes pela cultura temporária e ainda, pelo crescente predomínio da pecuária sobre a agricultura, com o que se formou na cidade numerosos núcleos de trabalhadores rurais, que somente encontram emprego estável na época das safras.

Tendo em vista que tais trabalhadores não possuem condições financeiras para adquirir ou até mesmo locar moradias para suas famílias, e também pela carência de imóveis no município, forçando-os a residir em barracos sem as mínimas condições de higiene e segurança.

REQUERIMENTO N° 1708

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Política Habitacional, solicitando que seja incluído no Programa Casa da Madeira, o Município de JUSSARA.

Sala das Sessões, em 08.06.93.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a pretensão ora apresentada, em razão da constante alteração na economia do município, em razão da substituição das culturas permanentes pela cultura temporária e ainda, pelo crescente predomínio da pecuária sobre a agricultura, com o que se formou na cidade numerosos núcleos de trabalhadores rurais, que somente encontram emprego estável na época das safras.

Tendo em vista que tais trabalhadores não possuem condições financeiras para adquirir ou até mesmo locar moradias para suas famílias, e também pela carência de imóveis no município, forçando-os a residir em barracos sem as mínimas condições de higiene e segurança.

REQUERIMENTO N° 1709

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Política Habitacional, soli-

citando que seja incluído no Programa Casa da Madeira, o Município de ICARAÍMA.

Sala das Sessões, em 08.06.93.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a pretensão ora apresentada, em razão da constante alteração na economia do município, em razão da substituição das culturas permanentes pela cultura temporária e ainda, pelo crescente predomínio da pecuária sobre a agricultura, com o que se formou na cidade numerosos núcleos de trabalhadores rurais, que somente encontram emprego estável na época das safras.

Tendo em vista que tais trabalhadores não possuem condições financeiras para adquirir ou até mesmo locar moradias para suas famílias, e também pela carência de imóveis no município, forçando-os a residir em barracos sem as mínimas condições de higiene e segurança.

REQUERIMENTO N° 1710

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Política Habitacional, solicitando que seja incluído no Programa Casa da Madeira, o Município de IRACEMA DO OESTE.

Sala das Sessões, em 08.06.93.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a pretensão ora apresentada, em razão da constante alteração na economia do município, em razão da substituição das culturas permanentes pela cultura temporária e ainda, pelo crescente predomínio da pecuária sobre a agricultura, com o que se formou na cidade numerosos núcleos de trabalhadores rurais, que somente encontram emprego estável na época das safras.

Tendo em vista que tais trabalhadores não possuem condições financeiras para adquirir ou até mesmo locar moradias para suas famílias, e também pela carência de imóveis no município, forçando-os a residir em barracos sem as mínimas condições de higiene e segurança.

REQUERIMENTO N° 1711

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Política Habitacional, soli-

citando que seja incluído no Programa Casa da Madeira, o Município de GUAPOREMA.

Sala das Sessões, em 08.06.93.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a pretensão ora apresentada, em razão da constante alteração na economia do município, em razão da substituição das culturas permanentes pela cultura temporária e ainda, pelo crescente predomínio da pecuária sobre a agricultura, com o que se formou na cidade numerosos núcleos de trabalhadores rurais, que somente encontram emprego estável na época das safras.

Tendo em vista que tais trabalhadores não possuem condições financeiras para adquirir ou até mesmo locar moradias para suas famílias, e também pela carência de imóveis no município, forçando-os a residir em barracos sem as mínimas condições de higiene e segurança.

REQUERIMENTO N° 1727

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento, com a finalidade da implantação de um subterminal de calcário na municipalidade de MALLET.

O fortalecimento da agricultura diz respeito diretamente à consolidação do desenvolvimento sócio-econômico do Município de Mallet, a exemplo daquela região e do Paraná. Dentro desta preocupação, é preciso oferecer condições cada vez mais acessíveis para assegurar a elevação da produção e da produtividade, e certamente a colocação da referida unidade contribuirá decisivamente para melhorar o resultado das safras, à medida em que recuperará a fertilidade do solo, atualmente desgastada.

Em face dos motivos aqui apresentados, aguarda-se um pronto posicionamento favorável à implantação de um subterminal de desembarque, uma justa aspiração da classe produtora rural.

Sala das Sessões, em 08.06.93.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1728

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário do Trabalho e Ação Social, com o intuito de solicitar a implantação do Projeto Irmão Maior, no Município de INÁCIO MARTINS.

Tal medida visa o atendimento de pes-

Curitiba, terça, em 08.06.93

soas com mais de 60 anos de idade, de famílias carentes, ou adultos incapazes.

Que essa Secretaria de Estado avalie e dê o necessário respaldo a tão justa solicitação.

Sala das Sessões, em 08.06.93.

(aa) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1740

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento, com a finalidade da implantação de um subterminal de calcário na municipalidade de PRUDENTÓPOLIS.

O fortalecimento da agricultura diz respeito diretamente à consolidação do desenvolvimento sócio-econômico do Município de Prudentópolis, a exemplo daquela região e do Paraná. Dentro desta preocupação, é preciso oferecer condições cada vez mais acessíveis para assegurar a elevação da produção e da produtividade, e certamente a colocação da referida unidade contribuirá decisivamente para melhorar o resultado das safras, à medida em que recuperará a fertilidade do solo, atualmente desgastada.

Em face dos motivos aqui apresentados, aguarda-se um pronto posicionamento favorável à implantação de um subterminal de desembarque, uma justa aspiração da classe produtora rural.

Sala das Sessões, em 08.06.93.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1741

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento, com a finalidade da implantação de um subterminal de calcário na municipalidade de INÁCIO MARTINS.

O fortalecimento da agricultura diz respeito diretamente à consolidação do desenvolvimento sócio-econômico do Município de Inácio Martins, a exemplo daquela região e do Paraná. Dentro desta preocupação, é preciso oferecer condições cada vez mais acessíveis para assegurar a elevação da produção e da produtividade, e certamente a colocação da referida unidade contribuirá decisivamente para melhorar o resultado das safras, à medida em que recuperará a fertilidade do solo, atualmente desgastada.

Em face dos motivos aqui apresentados,

aguarda-se um pronto posicionamento favorável à implantação de um subterminal de desembarque, uma justa aspiração da classe produtora rural.

Sala das Sessões, em 08.06.93.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1713

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Diretor da Divisão dos Serviços de Transporte Comercial - DSTC - Sr. César Benoliel, reiterando o pedido de colocação de um abrigo para Passageiros na BR-277, quilômetro 14, no trecho Paranaguá-Curitiba.

Sala das Sessões, em 08.06.93

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

A malha rodoviária que envolve a cidade de Paranaguá, em sua entrada da BR-277, faz uma divisão em diferentes bairros que se situam as margens da cidade rodovia entre os quais o Posto Fiscal, Parque São João, Colônia Santa Rita, Jardim Samambaia, Vila Paraíso, Vila Esperança e Vila Divinéia.

Os moradores dessas localidades se utilizam do ponto de ônibus da BR-277, situado em frente a Empresa Comercial Palmeiras de Bebidas Ltda (BRAHMA) e com isso ficam sujeitos as diversificações do tempo, sendo que os maiores problemas são com as chuvas que, na região de Paranaguá é mais constante no verão, por essa razão existe a necessidade da Divisão dos Serviços de Transporte Comercial - DSTC - colocar no local um Abrigo para Passageiros, fato que já foi solicitado em correspondência de nosso Gabinete nesse ano, até agora não houve nenhuma resposta.

Nesse sentido solicitamos que seja endereçado um expediente do Diretor do DSTC, César Benoliel, reivindicando a colocação de um Abrigo de Passageiros no local, no seguinte endereço Avenida Iguaçu, 420 - 4° andar - CEP:80.230-020 - Nesta Capital, e solicitamos ainda que, cópias desse nosso requerimento seja enviado ao Radialista Mário Michuz, Diretor da Rádio Difusora de Paranaguá, à Rua Professor Cleto, 305 - CEP:83.203-240 - Paranaguá, e ao Sr. Hermes Alves Santos, Rua Dois, Casa 204 - Jd. Samambaia, CEP:83.215-230 - ambos no Município de Paranaguá.

REQUERIMENTO N° 1714

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido Douto Plenário o encaminhamento de expediente ao cidadão Aurene Pinto dos Santos, congratulando-o pela sua

aposentadoria como funcionário da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina.

Sala das Sessões, em 08.06.93

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

O processo de trabalho diário, da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina é complexo, especialmente para quem está fora do sistema portuário e suas tramitações. A variação da complexidade funcional, que vai desde a transformação dos Manifestos em Controles de Cargas, da requisição dos ternos com sindicalistas, das complicadas pesagens de mercadorias a granel, onde os termos painel, correias, são costumeiramente usados, principiando com o pagamento das cauções.

É envolvente o funcionamento do Porto, cujo trabalho de seus funcionários e suas capacitações profissionais dariam para escrever várias obras técnicas e culturais. São características essências dos portuários, saber a respeito do Terminal, e nesse aspecto, viveu o funcionário Aurene Pinto dos Santos, que mercê de seus conhecimentos, passou por vários cargos naquele terminal, culminando num dos governos, a ser levado a condição de Diretor Administrativo. Nesse último mês de maio, o chefe do Poder Executivo Estadual, a pedido, assinou o Decreto apresentando-o do cargo na Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, e por essa razão, solicitamos que seja endereçado um expediente dessa Casa de Leis, congratulando-o com o cidadão Aurene Pinto dos Santos, pela sua aposentadoria, e reverenciando a contribuição que deu aos quadros da APPA nesses anos todos, e a correspondência deve ser enviada à Rua João Eugênio, 680 - Costeira - CEP:83.203-380 - na cidade de Paranaguá.

REQUERIMENTO N° 1715

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso e suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Doutor Rogério Tizzot, Diretor Geral do DER, solicitando a pavimentação das Estradas vicinais, nas colônias do Município de Paranaguá.

Sala das Sessões, em 08.06.93

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Há muitos anos, o 1° Distrito Rodoviário do Departamento de Estradas e Rodagem - DER - realiza através do Posto avançado da Praia de Leste, a conservação de algumas estradas vicinais do município de Paranaguá, situadas nas Colônias. Com o passar dos anos, houve um crescimento nas áreas agricultáveis e consequentemente ampliações das produções, com isso obrigando-se o município através da Prefeitura de

projetar emergencialmente algumas aberturas de trechos, com ramificações na chamada estrada-geral, onde ainda faltam complementações de engenharia civil para que esses locais possam ter o trânsito normal de veículos.

Na atualidade a Prefeitura Municipal de Paranaguá, para normalizar o tráfego de veículos e também consecutivamente investir nessas obras de engenharia de estradas, terá que alocar recursos especiais, porém não tem condições financeiras da execução, por essa razão solicitamos que seja enviado um expediente ao Doutor Rogério Tizzot, Diretor Geral do DER, à Avenida Iguaçu, 420 - CEP:80.230-020 - Nesta Capital, para que determine ao setor competente colocar nos programas de pavimentações as estradas vicinais do município de Paranaguá, situada nas Colônias.

REQUERIMENTO N° 1718

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após o duto Plenário, REQUER envio de expediente ao Exmo. Sr. Moacir Favetti, Secretário de Segurança Pública do Paraná, solicitando a construção urgente de um módulo policial no Jardim Paraíso, no Município de Ponta Grossa.

A população daquele local vive momentos de pânico sempre que necessita sair à rua, pois a permanência de desocupados e baderneiros é grande no local. Eles ameaçam as pessoas, praticam pequenos furtos, causando desordens e perturbando a população local.

Os moradores há muito tempo reivindicam a construção de um posto de polícia no local, e agora, a situação tornou-se insustentável. Por todos estes motivos, torna-se imperativa a presença de policiais no Jardim a fim de manter a ordem e proporcionar tranqüilidade aos moradores.

Sala das Sessões, em 08.06.93

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO N° 1722

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Nizan de Almeida, Dgníssimo Secretário de Estado da Saúde, no sentido de que seja viabilizado a Liberação de recursos financeiros, via convênio, para a reforma e ampliação do Hospital Municipal de Iporã.

Sala das Sessões, em 08.06.93

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

Considerando que o Hospital Municipal de Iporã, está necessitando de uma reforma

Curitiba, terça, em 08.06.93

geral em seu prédio, fato que vem causando sérios problemas aos seus usuários e funcionários do mesmo, solicitamos que a SE-SA, estude a viabilização de recursos para que em Convênio com a Prefeitura, proceda a reforma.

REQUERIMENTO N° 1723

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Mário Pereira, Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que determine a instalação de redutores de velocidade ou similares, na Rodovia PR-490, que liga os municípios de Iporã a Altonia, no local de acesso ao Distrito de Vila Nilza.

Sala das Sessões, em 08.06.93

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

O trecho da Rodovia PR-490, que liga Iporã a Altônia, no local de acesso ao Distrito de Vila Nilza, denominado de Chardullo, existe um ponto de ônibus utilizado tanto pelos passageiros dos ônibus coletivos, estaduais, municipais e particulares, utilizados no transporte de passageiros diários e de estudantes sendo, elevado o número de pessoas que circulam diariamente no local.

As condições da pista no local, permitem que muitos motoristas desenvolvam velocidades superiores a permitida, atitudes que geram vários acidentes no local, com a finalidade de se colocar um basta nos abusos cometidos e a fim de se dar um mínimo de segurança a todos os usuários da citada rodovia e que propomos a instalação de tais redutores.

REQUERIMENTO N° 1724

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado da Educação e ao Superintendente da FUNDEPAR, solicitando seja autorizado o funcionamento do Curso Auxiliar de Contabilidade em substituição à Básica em Comércio, no Colégio Estadual Vila Alta - Ensino de 1° e 2° Graus, Município de Vila Alta. Solicita também, empenho na destinação de recursos para que se faça os reparos necessários ao bom andamento daquele estabelecimento, sendo eles: reforma da quadra de esportes, construção do muro ao redor do pátio da escola, construção de uma casinha para o vigia e construção de mais duas salas de aula.

Sala das Sessões, em 08.06.93.

(a) OVÍDIO CONSTANTINO

JUSTIFICATIVA:

Cumpre-nos reforçar o pedido daquela comunidade que, através de ofícios e abaixo-assinados, tem pleiteado junto a Secretaria da Educação e FUNDEPAR. Portanto, solicitamos o atendimento das reivindicações, pois se trata da concretização de melhorias que beneficiarão a comunidade do novo Município de Vila Alta.

REQUERIMENTO N° 1725

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Tribunal de Contas do Estado, solicitando informações sobre a relação dos municípios cujas prestações de contas estão pendentes e quais os motivos e justificativas de tais pendências.

Sala das Sessões, em 08.06.93.

(aa) DOUTOR ROSINHA

OVÍDIO CONSTANTINO

ERNANI PUDELL

REQUERIMENTO N° 1729

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Saúde, objetivando o envio de medicamentos para a municipalidade de Corumbataí do Sul.

A quantidade de medicamentos destinada em cada remessa, não tem sido suficiente para atender à toda população, cuja consequência direta é impossibilidade de fazê-la, criando grandiosos transtornos em toda a cidade nessa área de Saúde.

Em face dos motivos aqui apresentados, aguarda-se a adoção de medidas objetivando resolver tal problema, restabelecendo o atendimento à altura das reais necessidades do município.

Sala das Sessões, em 08.06.93.

(a) TOTI COLAÇO

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 243/93

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A;

Art. 1° - O Estado do Paraná concederá estímulos especiais, nos termos desta lei, às pessoas físicas residentes em território paranaense que doarem em vida, órgãos passíveis de serem transplantados, quando da sua morte com o propósito de restabelecer funções vitais à saúde.

Art. 2° - O doador deverá manter, em seus documentos, comprovante de doação,

que lhe será fornecido pela Secretaria da Saúde.

Art. 3° - O Poder Executivo, através da Secretaria da Saúde, promoverá os registros e organizará cadastro, permanentemente atualizado, das doações a que se refere a presente lei, franqueando-o a todas as instituições e pessoas interessadas.

Art. 4° - A Secretaria de Saúde outorgará aos doadores Certificado de Reconhecimento Público, divulgando no Diário Oficial, a cada mês, a relação das doações formalizadas no período.

Art. 5° - Os doadores terão prioridade no atendimento à saúde junto às unidades sanitárias, ambulatoriais ou hospitalares, integradas no sistema oficial de saúde.

Art. 6° - Em igualdade de condições e a seu requerimento, os doadores terão prioridade assegurada em programas sociais promovidos pelo Estado, desde que beneficiem sua saúde.

Art. 7° - Quando da morte do doador, caso seus órgãos sejam utilizados para transplante, o Estado, a requerimento da família, custeará despesas adicionais de hospitalização e serviços funerários, decorrente da doação.

§ 1° - Os benefícios previstos neste artigo estendem-se às doações "post mortem" decorrentes de decisão dos familiares responsáveis.

§ 2° - Para efeito do cálculo dos valores de que trata este artigo, será utilizada a tabela do Instituto de Previdência do Estado.

Art. 8° - Periodicamente, através de folhetos, cartazes e outros meios, o Poder Público divulgará os fatores primordiais e indispensáveis à doação de órgãos a serem transplantados.

Art. 9° - Para efeito do disposto nesta lei, a retirada e o transplante de órgãos serão efetivados de acordo com a legislação federal que dispõe sobre a matéria.

Art. 10 - As despesas decorrentes da execução desta lei, correrão por conta das dotações próprias consignadas no orçamento programa vigente.

Art. 11 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.06.93.

(a) LUIZ ANTONIO SETTI

JUSTIFICATIVA:

Um dos problemas enfrentados pela medicina no Brasil, apesar de todos os seus avanços, é a falta de órgãos disponíveis para transplantes, o que impede a recuperação de inúmeros pacientes, muitos dos quais, por tal motivo, vêm a falecer.

Embora em outros países, a menos que se manifestem expressamente de forma contrária, são obrigados a doarem órgãos, no Brasil é extremamente pequeno o número de doadores, seja pela falta de informação, seja devido à falta de incentivo.

Por estes motivos e considerando que a saúde é dever do Estado, entendemos que compete ao Poder Público promover medidas de incentivo à doação de órgãos passíveis de serem transplantados, garantindo a saúde de milhares de pessoas.

PROJETO DE LEI N° 244/93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - As escolas da Rede Oficial de Ensino do Estado do Paraná contarão, obrigatoriamente, com salas de aula especiais destinadas ao atendimento de menores portadores de excepcionalidade.

Parágrafo Único - Entende-se por menores excepcionais os portadores de deficiência física, mental, sensorial e os superdotados.

Art. 2° - O atendimento educacional dos portadores de excepcionalidade será efetivado por professores de educação especial e nos termos do disposto no inciso IV do art. 178 da Constituição Estadual.

Art. 3° - Caberá a Secretaria Estadual de Educação a escolha dos estabelecimentos de ensino em cada região do Estado, para a implantação das salas de aula especiais, observando necessariamente:

- I - a situação e as condições do estabelecimento;
- II - a facilidade de acesso;
- III - a existência de local adequado para acomodação dos excepcionais.

Art. 4° - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de verbas próprias consignadas no orçamento vigente.

Art. 5° - A presente lei será regulamentada no prazo de sessenta dias, a contar da data da sua publicação.

Art. 6° - Essa lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.06.93.

(a) LUIZ ANTONIO SETTI

JUSTIFICATIVA:

Curitiba, terça, em 08.06.93

A presente proposição trata de garantir aos menores excepcionais, na falta de escolas especializadas, a oportunidade de frequentarem um estabelecimento de ensino regular, que esteja próximo da região em que residem, bem como de permitir um convívio diário na escola, não só como crianças de idêntica excepcionalidade, como também com as outras consideradas normais, fato que só servirá para ampliar seu campo de vivência educacional e de socialização.

Nada mais justo, portanto, que tenhamos o apoio dos nobres Deputados, para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI N° 245/93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Comunitária Veneza - ACOVE, com sede e foro no Município de Curitiba, Capital do Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.06.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

JUSTIFICATIVA:

Estamos propondo que se reconheça de Utilidade Pública esta entidade, por conhecermos seus atuais dirigentes e sabermos de seu bom trabalho em defesa de sua comunidade.

Juntamos documentos que atestam esta solicitação.

PROJETO DE LEI N° 246/93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - É facultado o atendimento de funcionários das Unidades Hospitalares Estaduais e seus familiares, sem necessidade de recorrer ao serviço de triagem.

§ 1° - O não cumprimento do disposto neste artigo, acarretará penalidades.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.06.93.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

Entendemos ser justa a medida aqui proposta, com o intuito de evitar que funcionários dos próprios hospitais tenham que se deslocar até os centros de triagem, quando já estão nos hospitais onde pretendem ter o atendimento de que necessitam.

Assim sendo, considerando procedente esta proposta, esperamos contar com o devido apoio dos Nobres Pares desta Casa, na conseqüente aprovação deste Plano de Lei.

PROJETO DE LEI N° 247/93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a "Creche Menino Jesus", com sede e foro na Vila Isabel, em Londrina.

Sala das Sessões, em 08.06.93.

(a) OSWALDO TREVISAN

JUSTIFICATIVA:

A propositura em apreço tem o escopo de declarar de Utilidade Pública Estadual a "Creche Menino Jesus", com sede e foro na Vila Isabel - Londrina, sem fins lucrativos, de caráter filantrópico e assistencial, tendo como finalidade principal possibilitar o pleno desenvolvimento físico e psíquico do menor carente, de ambos os sexos, dentro da faixa etária de 03 a 06 anos.

A entidade está legalmente e juridicamente constituída, sua documentação está de acordo com a legislação em vigor, assim sendo, peço apoio aos ilustres Pares.

É a justificativa.

PROJETO DE LEI N° 248/93
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual, o Centro de Promoção ao Menor "Nossa Senhora das Graças", com sede e foro na cidade de Londrina.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.06.93.

(a) OSWALDO TREVISAN

JUSTIFICATIVA:

O presente plano de Lei tem o objetivo de declarar de Utilidade Pública Estadual o Centro de Promoção ao Menor "Nossa Senhora das Graças", com sede e foro na Cidade de Londrina.

É uma sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter filantrópico, assistencial e promocional, tendo como finalidade principal a assistência social e promoção humana junto aos menores carentes, abandonados e desajustados, de ambos os sexos, na faixa etária de 0 a 14 anos.

A documentação está de acordo com a legislação em vigor, portanto pedimos apoio dos nobres colegas.

É a justificativa.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Senhor Presidente,

Senhores Deputados.

O Governo do Estado do Paraná, em uma das suas últimas medidas, retirou dos funcionários públicos estaduais, daqueles que recebem de um, dois, até três salários mínimos aquilo que de há muito tempo já haviam adquirido através das Secretarias do nosso Governo do Paraná que era o meio pelo qual, pudessem eles, que recebem esses parcos vencimentos, sobrar alguma coisa a mais no orçamento de suas famílias.

Lembro-me perfeitamente bem de que quando o então Secretário Djalma de Almeida Cesar na Secretaria de Ação Social deste Estado fornecia à Seta de Ponta Grossa aonde a maioria dos funcionários recebem até dois salários mínimos, aquele então Secretário Djalma fornecia o vale-transporte pelo qual aqueles Senhores Funcionários tinham o meio pelo qual iam às suas residências e retornavam ao seu trabalho.

Hoje, para tristeza nossa, lá em Ponta Grossa, verificamos aqueles Senhores funcionários permanecendo no local de trabalho, fazendo com que aqueles bóias-frias que nós conhecemos do Norte do Paraná, capinando as roças de café, de algodão, de cereais, daquele quadrante rico do nosso Estado, existam também, em uma cidade industrial como é a Princesa dos Campos os bóias-frias funcionários do Poder que regem os destinos do Governo do Estado.

E nesta Casa também, Senhor Presidente, Senhores Deputados, poderia esse requerimento nosso ser estendido aos funcionários, fornecendo a este Poder também a condição pela qual possa até quem ganha dois salários mínimos, ter a condição mínima realmente de amparo como era dado no Governo através da Secretaria de Ação Social.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, estamos entrando, nesta Casa, com um pedido ao Senhor Governador que reconsidere, não só na Secretaria do então Deputado Djalma, mas em todas as Secretarias do Estado, em todos os Departamentos do Estado para que possam os Senhores servidores estaduais ter um meio pelo qual possa retornar aos seus lares e não se tornarem bóias-frias da capital e das grandes cidades do interior do Paraná.

Muito obrigado Senhor Presidente e Senhores Deputados!

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Mário Bezerra.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Apenas para anunciar que dou entrada na Mesa de dois requerimentos.

No primeiro, estou requerendo seja en-

viado ofício ao Chefe da Casa Civil do Governo do Paraná. (Lê):

"REQUERIMENTO

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER seja remetido ofício ao Chefe da Casa Civil do Governo do Estado do Paraná, solicitando o envio de cópias do Diário Oficial, onde conste a publicação semestral de relatórios das despesas com a propaganda e publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas da administração direta, indireta e fundacional, a contar de 15 de março de 1991, até a presente data, de conformidade com o artigo 27, Inciso XXIII, § 2º da Constituição Estadual.

Sala das Sessões, em 08.06.93

(a) MÁRIO BEZERRA"

A Constituição do Estado do Paraná reza no seu artigo 27, Inciso 23, parágrafo 2º, de que semestralmente o Governo deve fazer publicar no Diário Oficial as despesas com propaganda, publicidades dos atos, programas, obras, serviços e campanha da administração direta, indireta e fundacional.

Particularmente, eu digo a V.Exa. que desconheço esta publicação no Diário Oficial.

Então, nós estamos pedindo ao Chefe da Casa Civil para que ele remeta a cópia, ou cópias, do Diário Oficial desde março de 1991. O Governo é obrigado a fazer isto.

O meu segundo Requerimento, Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu peço que se solicite da Secretaria do Trabalho e Ação Social um relatório discriminando todos, ou seja, datas e valores de recursos repassados pelo SERLOPAR. O Serviço de Loterias do Paraná tem obrigação de repassar 50% do arrecadado, excluídas suas despesas, para essa Secretaria. Nós queremos saber, queremos o Relatório completo dos últimos doze meses da Secretaria do Trabalho e Ação Social sobre o repasse de recursos do Serviço de Loteria do Paraná.

Eu gostaria de contar com a aprovação de V.Exa..

Era só, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - Não havendo mais Deputados inscritos no Pequeno Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

PT com a palavra. Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

No momento encontra-se na Comissão de Constituição e Justiça o Presidente do BANESTADO, Heitor Wallace de Mello e Silva, tentando explicar as questões trabalhistas, mais especificamente sobre aposenta-

dorias no BANESTADO. Aliás, só a questão de aposentadorias uma vez que está sendo a interpretação da Comissão que outros temas não devem ser discutidos, como o que foi levantado por nós naquela Comissão.

É importante que o BANESTADO esclareça alguns pontos que já há longo tempo vem sendo questionados e que até agora não teve explicação. Começa com as explicações que tinham que ser dadas pelo empréstimo que foi feito às Lojas do Pedro para a compra das famosas bicicletas do Alcení e que até hoje não obteve a explicação convincente. É necessário que também se explique, uma vez que lá não podemos formular a questão, qual o montante das dívidas vencidas e que até hoje não foram pagas, principalmente a dos ex-candidatos deste Paraná afora e principalmente daqueles que se candidataram pelos Partidos que hoje sustentam o Governo Roberto Requião ou pelos Prefeitos daquelas siglas, que pedem empréstimos no BANESTADO e obscuramente ninguém sabe de nada e a dívida é sempre rolada e em contrapartida são demitidos servidores para que o BANESTADO possa compensar as suas finanças.

São dois pontos, que um deles formulado na C.C.J. por mim, o outro nem cheguei a fazê-lo, uma vez que fui impedido pela Bancada Governista, sob a alegação de que o Secretário não veio para isto. Existem demissões e as demissões são feitas sob o autoritarismo dos Gerentes e da administração que obrigam os funcionários a pedir a conta e isto foi registrado pelo sub-Delegado Regional do Trabalho de Blumenau, Senhor Laércio Jacob Moritez, que esteve na agência e notou que os funcionários estavam sendo coagidos para pedir a conta. Também houve a denúncia feita pelo Sindicato dos Bancários de Londrina, que lá um funcionário de nome Atílio Franzoni, ex-funcionário da agência da Avenida Tiradentes em Londrina, é protagonista de golpes na praça, e ao contrário do que se esperava que fosse punido, que fosse aberta alguma sindicância administrativa, o mesmo foi transferido de agência.

São pontos que o BANESTADO deve ainda explicar ou como denunciado pelo Sindicato dos Bancários de Londrina, que no dia 13 de março de 1990, véspera do feriado bancário instituído pelo ex-Presidente Fernando Collor, o gerente regional Valter Rosa, hoje aposentado, Cezar Martim, assessor da gerência regional, Aparecido Alves Stefanito, gerente da Agência Centro, gerente de Santo Antonio da Platina, Ademir Lima Ribeiro, tesoureiro hoje aposentado, e Elizabete Aparecida Alves, hoje na Agência Higienópolis, sacaram dinheiro de suas contas. As retiradas foram feitas na Caixa 085, máquina 2325, às vinte horas e vinte e cinco minutos, após o

término do expediente normal, ou seja, várias questões que têm que ser esclarecidas e que o BANESTADO não o vem fazendo.

Quando esta Casa, através da C.C.J. teve a oportunidade de elaborar questões, de tentar clarear o que tem de obscuro no BANESTADO, tem essa oportunidade, não é permitido sob a alegação de que o Diretor Presidente do BANESTADO veio única e exclusivamente para explicar a questão das aposentadorias e que todos os Senhores Deputados que estavam lá, constataram que aquele que veio, também não conseguiu fazer essa explicação.

Portanto, o Senhor Presidente do BANESTADO que ainda se encontra nesta Casa, não deveria nem ter vindo, porque a finalidade a que veio não foi cumprida e outras questões que poderiam ser levantadas e respondidas, não nos foi permitido, sob a alegação de que...

O Sr. Nilton Barbosa - Permite-me um aparte, Deputado?

Vossa Excelência está sendo injusto. Vossa Excelência participou há pouco da reunião na Comissão de Constituição e Justiça, onde participaram além do Presidente do Banco, Doutor Wallace, diversos Diretores.

A convocação fora feita com relação só aos casos de aposentadorias do BANESTADO, convocação essa feita pelo Deputado Colombino Grassano, que há pouco acaba de agradecer a presença da Diretoria do Banco, e a própria Diretoria do Banco do Estado do Paraná coloca-se à disposição, não somente da C.C.J., como se coloca à disposição de todos os Senhores Deputados e até mesmo desta Casa, para que, quando convocados, aqui estarão para trazer as respostas necessárias.

Com isso discordo de Vossa Excelência, e Vossa Excelência falta com a verdade, quando sai da reunião ali, e vem dizer uma coisa que na verdade não houve.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Agradeço a intervenção de Vossa Excelência e gostaria que Vossa Excelência então respondesse as questões que foram denunciadas pela imprensa, como por exemplo, a retirada do dinheiro...

O Sr. Nilton Barbosa - Vossa Excelência, pode convocar o Presidente do Banco do Estado, como fez o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Erondy Silvério.

O SR. DOUTOR ROSINHA - A Bancada Governista jamais aprova requerimentos como pedido de informações.

O Sr. Nilton Barbosa - E a Bancada do PT

apóia o próprio salário dos funcionários da Prefeitura de Londrina.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - (Faz soar os tímpanos). (Vozes superpostas).

Esta Presidência pede ao Líder da Bancada do PT que ...

O Sr. Nilton Barbosa - O horário do nobre orador está esgotado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - Ele está falando no Grande Expediente. Tem 30 minutos para falar.

Com a palavra o Senhor Doutor Rosinha.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Agradeço, Senhor Presidente e espero que o nobre Deputado tenha educação e solicite o aparte, porque educamente, eu darei o aparte solicitado.

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Gostaria de dizer que não estou faltando com a educação. Há aqui na Casa, diversos Deputados que participaram da reunião da C.C.J..

Estou aqui para ouvi-lo, ouvi-lo atentamente com educação e com respeito. O que eu não posso permitir, é ouvir mentiras, porque Vossa Excelência acabou de sair da reunião da Comissão de Constituição e Justiça.

Com relação às verdades que Vossa Excelência vai falar, estou aqui pronto para ouvi-lo.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Senhor Presidente, Senhores Deputados, retomando o que eu dizia e digo novamente: o Senhor Presidente do BANESTADO estava presente e poderíamos aproveitar essa oportunidade para esclarecer vários fatos, fatos esses que não me foi permitido formular as perguntas, não foi permitido pelo Deputado Oswaldo Trevisan e pelo Líder do PP e que chegou atrasado nesta Sessão, porque estava na C.C.J. - justificável, perfeitamente - mas não entendeu a questão que eu estava fazendo.

Solicito à Liderança do PMDB que sustenta o Governo, que me responda: "Os saques foram feitos depois das vinte horas, na véspera de um feriado bancário.." Foi constatado por um corpo de auditores do BANESTADO. E, se foi, porque é que até agora nada fizeram, passados três anos, esperando a abertura de inquérito policial, que foi feito agora pelo Sindicato?

Se houve inspeção interna, porque no momento em que concluiu a inspeção, não foram denunciados e submetidos à sindicância administrativa estes funcionários que até hoje continuam no BANESTADO?

Acredito que a direção do BANESTADO não quis responder a estas questões. E, a Liderança do Governo também não quis que ele respondesse. E quem interrompeu meu pronunciamento também não quis responder, uma vez que não permitiu, lá em cima, que a resposta fosse dada pelo BANESTADO, pela direção do BANESTADO.

Nós gostaríamos de que quando qualquer dirigente de uma estatal, de uma empresa de economia mista do Estado viesse a esta Casa de Leis, fosse perguntado a elas todas as dúvidas que temos sobre a Pasta ou sobre o órgão que administra.

O BANESTADO, até hoje, não tem deixado clara as suas posições. E, novamente, eu reforço no que diz respeito a empréstimos inadimplentes que hoje não são cobrados judicialmente, como deveriam, no caso de empréstimos principalmente para os seus correligionários políticos quando são candidatos.

Ou no caso de coagir funcionários das agências para pedir a conta.

São estas as questões que nós queríamos esclarecer. E gostaríamos que o Deputado Oswaldo Trevisan, que não permitiu que formulássemos as questões, respondesse no Horário da Liderança do PMDB.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - Consultamos à Liderança do PMDB se deseja fazer uso do seu Horário.

Concedemos a palavra ao Deputado Oswaldo Trevisan.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Senhor Presidente e Senhores Deputados, provoca-me o nobre Líder do PT dar a ele respostas com questões relacionadas ao Banco do Estado do Paraná.

Senhor Presidente e Senhores Deputados, acabamos de sair de uma reunião na Comissão de Constituição e Justiça, presidida pelo nobre Deputado Erondy Silvério, para atender a requerimento do nobre Deputado Colombino Grassano, com assunto relacionado ao Banco do Estado do Paraná. Assunto específico. O Requerimento pedia que comparecessem à Comissão de Constituição e Justiça os Diretores do Banco do Estado do Paraná para que prestassem esclarecimentos relacionados a acordos trabalhistas feitos pelo Banco.

Assim, fizeram os Senhores Diretores: compareceram para explicar questões relacionadas com estes acordos trabalhistas.

Então, preliminarmente, precisamos responder ao nobre Deputado Rosinha porque é que ele não pode levantar, lá na Comissão de Constituição e Justiça, as inverdades que costumeiramente ele levanta neste Plenário.

Primeiro, porque a Comissão foi convo-

cada para atender a um objetivo específico. E, logo no início da reunião, o Senhor Presidente Erondy Silvério explicou que as perguntas deveriam ser relacionadas somente com respeito ao objeto do requerimento e por uma liberalidade do Senhor Presidente Erondy Silvério, permitiu a palavra ao Senhor Deputado Florisvaldo Fier, que embora não pertencente à Comissão, pudesse ele arguir à Diretoria do Banco e fazer ali as perguntas.

Mas não queria o nobre Deputado Rosinha, indagação sobre o assunto objeto da reunião, queria ele tumultuar, queria ele levar perguntas que nada tinham a ver com a questão da convocação. Foi por esta razão, Deputado Rosinha, que eu levantei a Questão de Ordem e o Senhor Presidente, entendendo à nossa Questão de Ordem, cassou-lhe a palavra porque Vossa Excelência não estava obedecendo ao objetivo do requerimento.

Mas, era importante que Vossa Excelência tivesse prestado atenção à reunião toda, notadamente no final da reunião, quando a Diretoria do Banco disse que se dispõe a vir tanto à C.C.J. quanto a este Plenário, quantas vezes entenderem os Senhores Deputados, para mostrar que o Banco do Estado é um banco aberto, é um banco transparente, e, acima de tudo, é um banco que promove o desenvolvimento econômico e social deste Paraná.

É um banco que está presente levando o progresso a todos os quadrantes do Paraná. E com respeito às indagações que Vossa Excelência tem feito reiteradas vezes daquela tribuna, transformando, aliás, aquela tribuna, num antro de pecados, porque ali tem desrespeitado as Leis de Deus e as Leis dos Homens. Até as Leis dos Homens eu até admito que Vossa Excelência desrespeite porque elas são feitas e variam no tempo e no espaço, mas as Leis de Deus que são só 10 mandamentos, Vossa Excelência precisaria respeitar.

E, permita-me mostrar aqui, Senhores Deputados, os 10 mandamentos da Lei de Deus e veja quantos Vossa Excelência tem desrespeitado. Veja:

"Amar a Deus sob todas coisas"

"Não tomar o seu Santo nome em vão"

"Guardar os dias Santificados"

"Honrar Pai e Mãe"

"Não Matar"

"Não Pecar contra a Castidade"

"Não furtar"

"Não levantar falso testemunho"

"Não desejar a mulher do próximo" e

"Não cobiçar as coisas alheias."

Veja quantos pecados V.Exa. tem cometido naquela tribuna e nós não podemos permitir que pecadores como V.Exa. e como o Nobre Deputado Mário Bezerra, que vai falar agora, fale impunemente, sem que a

bancada que dá sustentação ao governo, levantemos a nossa voz e fazemos a nossa contestação. Só queria saber se eu já terminei de responder ao Deputado Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Eu quero dizer a V.Exa. que a explicação sua foi divina, creio que o Espírito Santo entendeu perfeitamente as orações dessa tribuna, uma vez que aqui parece que o pecado existe e sobrevive do lado de cá. V.Exa. conseguiu agora, expor todos os fatos, ficou claríssimo que o Espírito Santo governa o Estado do Paraná nas suas três pessoas representado pelo Poder Executivo. E tudo está bom, olha, está às mil maravilhas! Que pena que V.Exa. não se tornou um padre, um frei para se tornar um grande pregador religioso e aí iria conseguir explicar mais.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Eu quero dar um aparte ao Deputado Mário Bezerra e vou arrumar mais um Horário aqui, é do PFL, Presidente. Então tem o aparte o Deputado Mário Bezerra.

O Sr. Mário Bezerra - Com todo respeito que tenho por V.Exa. acho que V.Exa. está equivocado na sua fala.

Quando foi convocado o Presidente do Banestado para prestar depoimento à CCJ acredito que ele estaria preparado para responder qualquer pergunta feita pelos parlamentares. Não deveria vir a esta Assembléia simplesmente para responder a um caso específico sendo que o Banestado é acusado de uma série de irregularidades. E deveria estar disposto a responder a todas as perguntas e não especificar um só tema para que ele respondesse.

Acho que V.Exa. está tergiversando, não sei onde encontrou inspiração para se colocar como um verdadeiro padre ou como alguém que trabalha em igrejas porque transformou a tribuna desta Assembléia que deveria ser para o debate político para falar das coisas do espírito.

Muito obrigado.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Respondendo o nobre Deputado, não precisa ser padre para conhecer os ensinamentos de Deus. Acho que todo cristão é obrigado a saber.

Agora, a questão de V.Exa., eu penso que V.Exa. ia levantar uma questão assim, de alta indagação, de difícil resposta e tudo mais. Mas veja o que V.Exa. levanta. Qual a diretoria do Banestado deveria estar preparada para responder a todas as indagações.

Eu respondo a V.Exa. que a diretoria do banco estava e está preparada para responder a todas as indagações. Só que Deputado, se nós fôssemos fazer todas as inda-

gações a reunião não terminaria 14:30 horas. Tudo tem ordem, tudo tem um processo. Se foi convocado para aquele assunto, temos que nos ater ao assunto para manter a ordem para que se cumpra o horário.

Mas eu quero informar a V.Exa. que ficou bem entendido que qualquer outra coisa que esta Casa quiser saber sobre o Banestado, a diretoria do Banco virá aqui para responder. E digo mais, nós cobramos dos órgãos públicos, cobramos do Banco do Estado eficiência, cobramos produtividade, cobramos modernidade. E quando o Banco aplica as técnicas modernas de administração científica nós achamos que não está bom. Então, o que que nós queremos?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, entendido que feita a resposta encerramos o nosso discurso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta presidência registra com satisfação a presença nesta Casa do Prefeito de Matinhos Sr. José Acendino Ricardo, Vereador Elias, Secretário de Administração Ervelino. Esta presidência se soma ao Deputado Geraldo Cartário nos votos de boas vindas.

Igualmente com muita satisfação registramos a presença nesta Casa do Presidente da Assembléia Legislativa da Bahia que comparece a este Parlamento para uma visita de cortesia e de conhecimento dos trabalhos que aqui se realiza, Deputado Antônio José Embasá da bancada do PFL, Presidente da Assembléia Legislativa da Bahia.

A seguir concedemos a palavra ao PT, Dr. Rosinha. Pela Ordem concedo a palavra ao Deputado Toti Colaço.

O SR. TOTI COLAÇO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, eu pedi a palavra neste instante para registrar a presença neste Parlamento dos seguintes Srs. Prefeitos: Prefeito de Araruna, Hermes Campos Teixeira; de Quinta do Sol Florisval Peres; de Ubiratan Dr. Arnaldo F. Sucupira e de Peabiru, João Carlos Klein. A presença dos Srs. Prefeitos é uma honra para este Parlamento.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Com a palavra o Sr. Deputado Florisvaldo Fier na Liderança do PT.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados, a Gazeta do Povo do dia 06 próximo passado divulga um manifesto assinado por um grupo chamado grupo Araucária, que é constituído por oficiais da reserva do exército brasileiro residentes no Paraná.

Eu diria que no mínimo esse manifesto é preocupante para nós defensores da democracia, é preocupante com todos aqueles

cidadãos que lutaram anos a fio contra a ditadura, contra o autoritarismo, contra o assassinato que foi promovido nesse País pela ditadura militar, preocupante para aqueles que lutaram pela anistia quando centenas de presos políticos viviam em nosso País, lutaram pela anistia para aqueles milhares de brasileiros que viviam em outros Países. Porque nós entendemos que esse manifesto é uma ameaça à democracia, é uma ameaça à sociedade civil organizada democraticamente. E aqui nós queremos ler alguns trechos desse manifesto, diz: "E o País continua sua queda em poço sem fundo, dirigido por uma classe política incompetente, vadia e corrupta". É o que eles escrevem. No ano passado com o mínimo de democracia que existia nesse País provou que existia corrupção dentro das forças armadas, que dirá durante a penumbra da ditadura quanta corrupção existia nesse País e quiçá no exército brasileiro, quantas irregularidades foram cometidas pelos fardados e dentro da hierarquia nunca foi tornado público porque jamais teve democracia dentro do exército. Diz um outro trecho: "A novela da Constituição cidadã dá bem a dimensão da nossa elite Política. Consumiu 2 anos para resultar afinal na ingovernabilidade do País". Nós temos que dizer que a ingovernabilidade desse País não é fruto dessa Constituição, é uma leitura incorreta do nosso Brasil dizer que a ingovernabilidade é por causa da Constituição de 88, a ingovernabilidade é devido a estrutura econômica, social e política que deu a formação ao País que é hoje; e faz parte desse erro de estrutura, se assim considerarmos, porque poderíamos dizer que a elite brasileira não errou porque para ela está muito bem e assim ela desejou construir o País, a sustentação armada foi dada pelo exército brasileiro, que todas as vezes que a população e a sociedade civil se organizou, que os trabalhadores lutaram pelos seus direitos, o exército botou a sua tropa armada na rua para assim punir aqueles, no entender deles, aqueles que lutavam pela democracia. Portanto, a ingovernabilidade brasileira, a crise econômica e social é fruto dessa estrutura que foi construída pelo exército brasileiro ao apoiar sempre os golpes de estado que a burguesia Nacional e a elite brasileira deu no País. E esse uso da força armada ainda é desejado por muita gente quando há qualquer movimento de trabalhador lutando pelos seus direitos se clama pelo exército, como ocorreu agora no Rio de Janeiro com a greve dos servidores públicos que o exército foi chamado pelo Governador e pelo Prefeito do Rio de Janeiro; ou aqui em Curitiba na greve dos motoristas quando o Prefeito queria a intervenção armada da

Polícia Militar. Essa é a questão que tem que ser debatida. Qual o papel do Exército? Defesa de uma classe? Ou defesa da democracia? E isto estes reservas do Exército não têm enxergado.

Dizem também eles que existem escassas dissidências formadas por políticos honestos e patriotas. Mas que dissidentes são estes que não gritam contra os escândalos? Não mudam as leis absurdas? Usufruem dos mesmos privilégios?

Acredito que eles são surdos por não ouvir e por generalizar que entre todos aqueles que exercem mandato, fazem uso de privilégios, ou fazem uso de cargos. Eles têm que exergar, largar mão de serem cegos e surdos, para ouvirem e verem que a realidade brasileira é fruto da própria estrutura que montaram e que hoje, no Brasil, existem homens que defendem a democracia, a igualdade social e o fim de todos os tipos de privilégios. Dizem também que recusam a crer em promessas de prosperidade, por serem eles os únicos culpados pela inflação, recessão e corrupção e que nada farão para corrigir este estado de coisas.

Queremos dizer que a inflação, sobre ela não tem culpa a classe trabalhadora. Mas têm culpa aqueles que até hoje mantiveram o poder. E este poder foi mantido, e é mantido sob a tutela do Exército brasileiro. E que estes militares que estão na reserva já estiveram na ativa e, provavelmente, tiveram na ativa durante o período da ditadura. São eles os culpados da dívida externa que acarreta a inflação! São eles os culpados da miséria e da fome que acarreta a concentração da terra e a não reforma agrária, e a política agrícola sempre vigente em nosso País! São eles os responsáveis por cerca, - dá para se dizer, de quase 90% dos problemas nacionais, uma vez que quando deram o golpe em 64, a nossa dívida era de cerca de 15 bilhões de dólares. E devolveram o País aos civis com uma dívida de 120 bilhões de dólares, muito acima do que o País suporta, muito acima daquilo que é hoje suportado pela sociedade que tem que pagar esta dívida que o Exército brasileiro ficou ao nos impor uma ditadura militar.

O Sr. Mário Bezerra - V. Exa. me permite um aparte? (Assentimento).

Com todo o respeito que tenho por V.Exa., V.Exa. pode cair nos mesmos erros de generalizar. Parece-me que não foi a instituição Exército brasileiro a autora deste manifesto, foi um determinado segmento do Exército. Com ele generalizou a classe política, V.Exa. está generalizando o Exército brasileiro, que é digno de nossos elogios também.

Só esta observação no pronunciamento

de V.Exa. Muito obrigado.

O DR. ROSINHA - Agradeço a observação de V.Exa. e quero dizer que estou me referindo àqueles que têm a culpa no cartório. Sabemos que entre os punidos existiram militares, principalmente sargentos, alguns oficiais e soldados que também foram vítimas da ditadura. Algumas vozes não se calaram no Exército brasileiro. Estes estão isentos de minha crítica. A minha crítica é para aqueles que até hoje foram coniventes com a situação e que agora, quando o Brasil está à beira do abismo, ou dentro do abismo no qual eles empurraram, ajudaram a empurrar, agora querem jogar a culpa sobre os chamados políticos da sociedade civil. Todos somos políticos. Agora, a maior culpa do cartório que tem é uma grande fração do Exército brasileiro que aqui estes militares tentam inocentar. Estes têm a culpa no cartório e deveriam, se tivessem o mínimo de responsabilidade, se calarem e lutarem para ser mantida a democracia e transformar a nossa realidade social, colocar fim na miséria e lutar pela igualdade social. Para isto seriam bem-vindos. Mas para querer colocar fim na democracia, assim não queremos.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência anuncia, com muito pesar, o falecimento do Dr. Osvaldo Marcos, funcionário da Procuradoria desta Assembléia Legislativa. O corpo está sendo velado na Igreja Presbiteriana, à Rua Comendador Araújo, 343. O sepultamento será logo mais, às 16:00 horas no Cemitério Água Verde.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA (Pela Ordem) - Eu quero com satisfação, Senhor Presidente, Senhores Deputados, registrar a presença aqui entre nós do jovem estudante enxadrista Paulo Virgílio Rodrigues, que em companhia da sua mãe Valneide e seu pai Virgílio visitam o Poder Legislativo, e trazem as homenagens do jovem campeão em xadrez, recentemente consagrado em Minas Gerais e que fará a representação do Brasil e do Paraná em torneio internacional de jovens enxadristas menores de 10 anos na Tchecoslováquia. Portanto o registro do jovem enxadrista estudante Paulo Virgílio Rodrigues, campeão mirim brasileiro e representante do Brasil e do Paraná na Tchecoslováquia.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Com satisfação recebemos a presença do jovem enxadrista anunciado pelo Deputado Luiz Henrique Bona Turra.

A pedido do Deputado Paulo Maia e do Deputado Plauto Guimarães registramos a presença entre nós do ex-Prefeito de Gua-

rapuava Fernando Ribas Farle.

Horário das Lideranças.

Bancada do PDT.

Com a palavra o Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, inicialmente é com grande satisfação recebermos aqui a presença do ex-Prefeito de Guarapuava, nosso companheiro Fernando Ribas, que hoje visita esse Plenário mantendo contato com as nossas lideranças políticas.

RÁDIO CLUBE PARANAENSE

PROGRAMA ALGACI TÚLIO

OPINIÃO PARA SÁBADO - 05.06.93

QUANDO A HIPOCRISIA

MASCARA A CORAGEM

O exército brasileiro é uma instituição séria. Ao longo de muitos anos, foi sem dúvida alguma responsável por importantes serviços ao País.

Homens de farda desempenharam papel de destacada importância em nossa história, e as campanhas do exército sempre apresentaram resultados favoráveis ao País. Sou daqueles que lamenta pelo exército brasileiro ter seu orçamento cada vez mais retalhado, impedindo que possa desenvolver suas funções.

E nessas funções, incluo tarefas sociais, como aquelas que desenvolveu, no Rio de Janeiro, em colaboração com o Governador Brizola, vacinando a população das favelas contra o surto da dengue.

Acho lamentável, no entanto, que uma minoria inexpressiva de militares - chamado grupo Araucária - queira ocupar a cena política, para fazer críticas desairosas e complementamente ridículas, contra o conjunto político brasileiro.

Vejam que eu falei conjunto, porque na semana passada, cerca de 70 oficiais da reserva do exército, agregados num tal "grupo Araucária", lançou manifesto dizendo que os políticos brasileiros são mestres na arte de enganar o povo. Concordo que haja elementos assim, mas não aceito ser incluído entre eles, como também não aceito que queiram taxar dessa forma políticos sérios do País, como Waldir Pires, Miguel Arraes, Dante de Oliveira, Jaime Lerner, entre outros.

O manifesto da farda pecou pela generalização, é inocente e totalmente desnecessário à democracia brasileira. Desde que a sociedade civil conseguiu sepultar o malfadado regime militar imposto em 1964, foi assegurado a qualquer membro do exército brasileiro, ampla participação no processo político. Podem opinar, contribuir, criticar e lançar seus candidatos, como lançam. Mas não podem se querer colo-

car, irresponsavelmente, na posição de intocáveis guardiões da sociedade.

O manifesto escabroso lançado pelo tal de grupo Araucária e a Cidade de Araucária não tem nada a ver com esse grupo.

O manifesto escabroso cheira mal, cheira hipocrisia e insinua golpe. O Brasil não cai mais nessa.

O País está desordenado, o congresso tem um perfil conservador, o Presidente não toma medidas efetivas para resolver os problemas sociais e econômicos. Mas acima de tudo estamos vivendo numa democracia. Pior seria tudo isto acontecer, sem que o povo pudesse pelo menos ter conhecimento pela imprensa ou se manifestar livremente. O que fizemos contra Collor jamais seria possível num regime militar. Ou alguém já se esqueceu do golpe de 1964?

E não me venham dizer que não houve alguns militares corruptos no governo. Engana-se quem pensa que a crítica infundada ao instituto político vai levar à solução de alguma coisa.

Conheço e respeito muitos militares. Sei dos padrões de dedicação, disciplina e seriedade que norteiam as corporações militares, e graças a Deus não vi o nome de nenhum dos meus amigos entre os autores do manifesto da farda.

Isso só vem depor contra as forças armadas. O Brasil não precisa disso.

Precisa, dos muitos militares que transformam suas preocupações em realizações objetivas e úteis à sociedade.

Estou indignado, tanto quanto estaria se meia dúzia de políticos escrevesse qualquer coisa chamando os militares de corruptos e parasitas, porque eu sei que a maioria não é.

O exército brasileiro, as forças armadas são maiores que essa brincadeira sem graça. Mas não acho que qualquer punição deva ser feita, porque a democracia que vêm criticar, é a mesma que lhes garantiu o direito de falar o que falaram.

À hipocrisia que mascara a pretensa coragem do manifesto, só posso responder com as palavras do Padre Antônio Vieira: "Está o mundo cheio de hipócritas, e quase todos são cirineus que, levando a cruz, não morrem nela".

Por isso fica aqui, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a minha indignação a esse malfadado grupo Araucária, a esses militares da reserva que poderiam estar prestando um grande serviço à sociedade, ajudando o País, se não tivessem ficado como verdadeiros parasitas, parados todo este tempo, sem se manifestar, sem procurar ajudar, sem procurar ajudar o nosso País.

Agora mesmo foi aprovada uma lei aí em que as filhas dos militares vão receber as suas aposentadorias até a hora de morrer.

Até pouco tempo atrás, antes de ser aprovada esta lei, as filhas de militares estavam se recusando a casar, porque se casassem perderiam o direito à pensão. Agora elas podem casar e vão ter a pensão para o resto da vida. Vamos tentar achar as filhas de militares, então.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Horário das Lideranças:

PSDB (Declina)

PBI (Declina)

PTB (Declina)

PP (Declina)

PL (Declina)

Encerrado o Horário das Lideranças, Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 50 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, na qualidade de Líder do BPI, constante do expediente, indicando o nome do Sr. Deputado para compor a Comissão Especial de assuntos relativos à Ultrafértil. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Paulo Maia, na qualidade de Líder do PDT, constante do expediente, indicando o nome do Sr. Deputado para compor a Comissão Especial de assuntos relativos à Ultrafértil. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Doutor Rosinha, na qualidade de Líder do PT, constante do expediente, indicando seu nome para compor a Comissão Especial de assuntos relativos à Ultrafértil. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Erondy Silvério, na qualidade de Líder do PTB, constante do expediente, indicando o nome do Sr. Deputado para compor a Comissão Especial de assuntos relativos à Ultrafértil. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Colombino Grassano, na qualidade de Líder do PL, constante do expediente, indicando o nome do Sr. Deputado para compor a Comissão Especial de assuntos relativos à Ultrafértil. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Nilton Barbosa, na qualidade de Líder do PP, constante do expediente, indicando o nome do Sr. Deputado para compor a Comissão Especial de assuntos relativos à Ultrafértil. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Renato Adur, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, indicando o nome do Sr. Deputado para compor a Comissão Especial de assuntos relativos à Ul-

trafértil. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Alceu Swarowski, na qualidade de Líder do PSDB, constante do expediente, indicando seu nome para compor a Comissão Especial de assuntos relativos à Ultrafértil. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Duílio Genari, na qualidade de Líder do PFL, constante do expediente, indicando nome do Sr. Deputado para compor a Comissão Especial de assuntos relativos à Ultrafértil. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Sr. Deputado Oswaldo Trevisan, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Sr. Deputado Luiz Antonio Setti, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Antes de passarmos à Ordem do Dia, a Mesa decidirá sobre requerimento de autoria do Deputado Oswaldo Trevisan.

Sobre a Mesa, requerimento protocolado pelo Sr. Deputado Oswaldo Trevisan produzindo representação contra procedimentos que considera anti-regimentais, rotulando como passíveis de exame os fatos comunicados, com base do § 2º do artigo 33 do Regimento Interno, encaminho o requerido à douta Comissão de Constituição e Justiça para manifestação, oportunidade em que acuso também o recebimento do protocolado nº 3.346/93, através do qual o Sr. Deputado Florisvaldo Fier encaminha relatório dos trabalhos desenvolvidos pela Comissão Parlamentar de Inquérito, sobre possíveis irregularidades praticadas na Polícia Militar do Paraná. Em se tratando de matéria correlata com a representação produzida, com o mesmo fundamento, decido pelas apenções dos protocolados com remessa de ambos à Comissão de Constituição e Justiça.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constante do expediente, solicitando votação em bloco das Proposições nºs 11 e 19/93, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, acima aprovado:

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 011/93, Veto Aposto ao Projeto de Lei nº 353/92, de autoria do Deputado João Arruda, que autoriza doação de terrenos que especifica para o Município de Francisco Beltrão. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/DTL/SAT N° 020/93

Curitiba, 14 de janeiro de 1993.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento o Ofício nº 410/92, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 353/92, por julgá-lo contrário ao interesse público.

Objetiva o autógrafo autorizar o Governo do Estado a doar ao Município de Francisco Beltrão os imóveis que especifica.

A negativa de sanção ao Projeto de Lei em referência fundamenta-se em informações da Coordenadoria do Patrimônio do Estado e da Secretaria de Estado da Segurança Pública, sendo que esta manifestou-se contrariamente à sanção do questionado Plano de Lei, argumentando que os imóveis, objeto da pretendida doação, deverão ser utilizados pelo Departamento de Polícia Civil, abrigando um Posto de Identificação e Seção de Criminalística, consoante Plano de Segurança Renovada, o que, indiscutivelmente, proporcionará grandes benefícios àquela Região.

Portanto, o referido Plano de Lei contraria os mais altos interesses da Administração Pública Estadual.

Essas as razões que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(Proj. de Lei nº 353/92, foi publicado no D.A. nº 166 de 19.11.92)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO VETO N° 11/93

P A R E C E R:

I - A presente Proposição veta o Projeto de Lei nº 353/92, de autoria do nobre Deputado João Arruda, que autoriza doação de terrenos para o Município de Francisco Beltrão, foi comunicado a esta Casa pelo Sr. Governador, através do Ofício DTL/SAT nº 020/93.

II - Procedida a análise constitucional e regimental, verificamos que o pre-

sente Veto obedeceu aos prazos exigidos. Analisando, ainda, os motivos alegados nas razões apresentadas pelo Sr. Governador, encontramos muito bem fundamentadas para tanto.

III - Diante do exposto, a matéria encontra-se em condições de ser submetida à consideração do douto Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.03.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

EMILIA BELINATI - Relatora

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 019/93. Veto Aposto ao Projeto de Lei Complementar nº 399/91, de autoria do Deputado Paulo Maia, que dispensa do estágio probatório ao professor da rede pública estadual detentor de um primeiro cargo de professor com estágio probatório já concluído. COM RELATÓRIO DA C.C.J. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/DTL/SAT N° 042/93

Curitiba, 20 de abril de 1993.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento o Ofício nº 015/93, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei Complementar nº 399/91, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo sobre dispensa do estágio probatório ao professor da rede pública estadual detentor de um primeiro cargo de professor com estágio probatório já concluído.

O não acolhimento ao projeto de lei complementar em referência decorre de sua indiscutível inconstitucionalidade, porque fere frontalmente os mandamentos contidos no art. 66, inciso II e 87, inciso IV, ambos da Constituição Estadual, os quais conferem ao Chefe do Poder Executivo a competência privativa para a iniciativa do processo legislativo de leis que disponham sobre servidores públicos, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria.

Ademais, é oportuno e necessário ressaltar que a inconstitucionalidade da medida não fica apenas adstrita aos aspectos da competência para iniciativa do processo legislativo. É que tal inconstitucionalidade torna-se mais ampla, tendo em vista que a medida fere, também, os preceitos do art. 41, da Magna Carta da Nação e 36, da Constituição do Estado, os quais estabelecem que a estabilidade no serviço público será adquirida após dois anos de efetivo exercício, por servidores nomeados em virtude de concurso público. Isto significa

Curitiba, terça, em 08.06.93

dizer que a aquisição da estabilidade, pelo prisma constitucional, depende do estágio probatório de dois anos, cumprido após a investidura no cargo mediante concurso público de provas ou de provas de títulos. Por sua vez, o conceito de estabilidade é dado de maneira bastante precisa, através do disposto no art. 135, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, segundo o qual:

"Estabilidade é a situação adquirida pelo funcionário efetivo, após o transcurso de estágio probatório, que lhe garante a permanência no cargo, dele só podendo ser demitido em virtude de sentença judicial ou de decisão em processo administrativo, em que se lhe tenha assegurado ampla defesa."

Tal conceito aplica-se ao Magistério, por força do art. 55, da Lei Complementar nº 7, de 22 de dezembro de 1976.

Assim constata-se que a estabilidade e estágio probatório são indissociáveis, aquela sempre dependendo do cumprimento deste. Sob qualquer outra ótica dada ao assunto, estar-se-ia incorrendo em violação aos preceitos constitucionais antes mencionados.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elavado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(Projeto de Lei nº 399/91 foi publ.no D.A. nº 112 de 10.09.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO Nº 019/93

VETO.

P A R E C E R:

I - A presente Proposição Veta o Projeto de Lei Complementar nº 399/91, que dispõe sobre a dispensa do estágio probatório ao professor da rede pública detentor de um primeiro cargo de professor com estágio probatório já concluído, e que foi comunicada a esta Casa pelo Senhor Governador, através do Ofício DTL/SAT nº 042/93.

II - Procedida a análise constitucional e regimental da presente Proposição, encontra-se a mesma dentro dos procedimentos e prazos estabelecidos, e da análise dos argumentos que o Senhor Governador expõe em suas razões, verificamos que os mesmos não tornam o Veto sem condições de ser apreciado.

III - Diante do exposto, a matéria encontra-se em condições de ser submetida à consideração do douto Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.05.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
EMILIA BELINATI - Relatora

A Mesa lembra que para a rejeição dos Vetos, serão necessários pelo menos 28 votos Não.

Voto "Não" rejeita os vetos, mantendo os projetos.

Voto "Sim" mantém os vetos e rejeita os projetos.

Os Senhores Deputados ao serem chamados, apanharão o envelope, comparecerão à cabine para o procedimento da votação.

Solicito ao Senhor 1º Secretário, Deputado Júlio Bifon que proceda a chamada nominal dos Senhores Deputados para a Votação.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Designo uma comissão composta pelos seguintes Deputados: Ademar Traiano; José Alves; Cezar Silvestri e Djalma de Almeida César para a conferência dos votos.

A Mesa anuncia o resultado da votação das proposições 11 e 19. Compareceram 41 Deputados. Pela manutenção do veto 5 Sim e 36 Não.

Está rejeitado o veto e aprovados os respectivos projetos.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 257/92, de autoria dos Deputados Ovídio Constantino, Lygia Pupatto e Dr. Rosinha, que autoriza a criação de Delegacias da Mulher em Municípios paranaenses e dá outras providências. Com pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F e C.S.P..

Sobre o referido projeto, Emenda Substitutiva de Plenário, de autoria dos Senhores Deputados Ovídio Constantino, Doutor Rosinha e Ernani Pudell, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 01, AO PROJETO DE LEI Nº 257/92

Substitua-se a palavra "exclusivamente" por preferencialmente, no art. 3º da proposição em epígrafe.

Sala das Sessões, em 08.06.93.

(aa) OVÍDIO CONSTANTINO - DOUTOR ROSINHA
ERNANI PUDELL

Apoio: Luiz Carlos Zuk, Algaci Túlio, Colombino Grassano, Emilia Belinati e Mário Bezerra.

JUSTIFICATIVA:

A substituição do vocábulo "exclusivamente", por "preferencialmente" se faz necessária para perfeita adequação a dispositivo constitucional federal, que proíbe qualquer forma de discriminação. Entretanto, dado a natureza do projeto, que dispõe

sobre a criação de Delegacias da Mulher, nada mais conveniente à finalidade da proposição, de que as atividades sejam desenvolvidas, de preferência, pelas pessoas do mesmo sexo, ou seja, a que melhor se identificam com a questão: a mulher. O PROJETO RETORNA ÀS COMISSÕES PARA OS DEVIDOS E NECESSÁRIOS PARECERES.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 371/92, de autoria do Deputado Cezar Silvestri, que institui o Sistema Integrado de Atendimento a Emergência - SIATE nas rodovias estaduais. Com pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 350/92, de autoria do Deputado Nilton Barbosa, que autoriza a proceder a instalação de uma Delegacia da Mulher no Município de Umuarama-Pr. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.S.P.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 422/92, de autoria do Deputado Oswaldo Trevisan, que autoriza a criação de uma Delegacia de Polícia Feminina no Município de Bandeirantes. Com PARECER CONTRÁRIO da C.C.J. e FAVORÁVEL da C.S.P.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 423/92, de autoria do Deputado Oswaldo Trevisan, que autoriza a criação de uma Delegacia de Polícia Feminina no Município de Cornélio Procopio. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.S.P.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 007/93, de autoria do Deputado Anibal Khury, que autoriza o Poder Executivo a criar um Batalhão de Polícia Feminina na Capital, e outro no interior do Estado do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.S.P.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 030/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 003/93, que autoriza o Poder Executivo a ceder, em caráter de utilização gratuita, aos Municípios Paranaenses, prédios ou parte de prédios Estaduais, para fins de utilização como Unidades Escolares. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.O.P.T.C. e C.E.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 058/93, de autoria do Deputado Cezar Silvestri e outros, que autoriza o Poder Executivo, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, a instalar no Município

de Guarapuava, uma Delegacia da Mulher, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.S.P.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 115/93, de autoria do Deputado Namir Piacentini, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar o trecho rodoviário que liga o Município de Campo Mourão ao Município de Barboza Ferraz. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C.. **Aprovado, artigo por artigo.**

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n° 046/93, de autoria do Deputado Anibal Khury, que revoga o artigo 7°, da Lei Complementar n° 46, de 20 de dezembro de 1989. Com PARECERES CONTRÁRIOS da C.C.J. e FAVORÁVEIS da C.F. e C.S.P.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 046/93

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° - Fica revogado o artigo 7° da Lei Complementar n° 46 de 20 de dezembro de 1989.

Art. 2° - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.03.93

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

Entendemos que a Chefia do Executivo Estadual deve revigorar a Tabela de Vencimentos que prevaleceu na Polícia Civil por mais de 15 anos, ou então, reestabelecer os salários dos policiais civis com base no que anteriormente recebiam adotando outro critério, o que para nós é simples questão de semântica.

Na atual conjuntura os policiais civis passam por dificuldades de ordem diversa, desde a falta de equipamentos até a ausência de uma política salarial adequada, pois aquinhoar a esses com os mesmos índices atribuídos ao Quadro Geral de Servidores é injusto, uma vez que a atividade em lide implica em risco de vida e saúde, com jornadas de trabalho de 24 horas ou mais, ininterruptas.

Face a argumentação apresentada, gostaríamos através deste Projeto de Lei Complementar, reparar a injustiça anteriormente cometida, pela revigoração do art. 291 da Lei Complementar n° 14/82.

Entendemos que o pleito em questão não é inconstitucional, já que defende um direito exercido por mais de 15 anos, sendo, ao contrário, até mesmo injusta a não revigoração, notadamente neste momento em que ocorre o incremento da criminalidade e a sociedade necessita de uma Polícia efi-

Curitiba, terça, em 08.06.93

caz, o que se há de convir, depende de equipamentos e bons salários.

LEI COMPLEMENTAR N° 46

DATA: 20 de dezembro de 1989.

SÚMULA: Dispõe sobre o vencimento básico dos cargos integrantes da carreira de Delegado de Polícia e adota outras providências.

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1° - O vencimento básico dos cargos integrantes da carreira de Delegado de Polícia, de que trata a Lei Complementar n° 14, de 26 de março de 1982, com suas posteriores alterações e conforme preceitua o art. 241, da Constituição Federal, fica fixado na forma abaixo:

Del. de Polícia - 1. ^a Clas.	Ncz\$ 7.031,66
Del. de Polícia - 2. ^a Clas.	Ncz\$ 6.328,53
Del. de Polícia - 3. ^a Clas.	Ncz\$ 5.695,63
Del. de Polícia - 4. ^a Clas.	Ncz\$ 5.126,12

Art. 2° - A gratificação estabelecida no inciso I, do parágrafo 1°, do art. 86, da Lei Complementar n° 14, de 26 de março de 1982, alterado pelo art. 1° da Lei Complementar n° 29, de 04 de abril de 1986, e pelo art. 3° da Lei N° 8.931, de 24 de janeiro de 1989, passa a ser de 170% (cento e setenta por cento) para o Delegado de Polícia.

Art. 3° - O vencimento básico estabelecido no art. 1° com relação aos beneficiários desta lei, absorve, incorpora e extingue as gratificações de regime de trabalho policial e pela execução de trabalho de natureza especial, com risco de vida ou saúde, de que tratam os artigos 89 e 92, da Lei Complementar número 14/82, alterados, respectivamente pelo art. 1° da Lei Complementar n° 41, de 21 de dezembro de 1987 e art. 2°, da Lei Complementar n° 35, de 14 de dezembro de 1986, e quaisquer outras vantagens pecuniárias percebidas a qualquer título, por decisão administrativa ou judicial, ressalvados os adicionais por tempo de serviço, ajuda de custo diárias, salário-família e auxílio-doença.

Parágrafo Único - Os adicionais por tempo de serviço de que trata o "caput" deste artigo, serão calculados na forma prevista no art. 37, inciso XIV, da Constituição Federal, até o máximo de 7 quinquênios, à razão de 5% a cada 5 anos.

Art. 4° - Os aumentos de vencimentos e vantagens concedidos a qualquer título aos integrantes das carreiras referidas no art. 135, da Constituição Federal, inclusive os atribuídos durante a tramitação

desta Lei, incidirão em igual percentual, sobre os valores do art. 1°.

Art. 5° - Para os efeitos da presente Lei, a remuneração de Delegado de Polícia - 1.ª Classe guardará identidade com o limite fixado pela Lei n° 9.105, de 23 de outubro de 1989, e, para as demais classes, observar-se-á a diferença percentual existente entre as mesmas, a partir da aplicação do limitador constitucional ao referido cargo, a fim de manter-se a proporcionalidade de remuneração.

Art. 6° - Não depende da lei complementar a revisão dos vencimentos fixados no art. 1°.

Art. 7° - Fica revogado o art. 291, da Lei Complementar n° 14, de 26 de maio de 1982.

Parágrafo Único - Até que sejam revisados os critérios de fixação de vencimentos para as séries de classes do Quadro de Pessoal da Polícia Civil, são mantidos os atuais vencimentos constantes da respectiva Tabela e as diferenças percentuais em vigor, excluídas as classes de Delegados de Polícia.

Art. 8° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 05 de outubro de 1989, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, 20.12.89

(aa) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

Antonio Lopes de Noronha

Secretário de Estado da Segurança Pública

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 046/93

P A R E C E R:

Objetiva o projeto em epígrafe, de autoria do Deputado Anibal Khury, revogar o Art 7° da Lei Complementar n° 46, de 20 de dezembro de 1989.

Com a proposição descrita, objetiva o autor modificar um dos institutos que constituem o regime organizacional da estrutura da Polícia Civil. Entretanto, estabelecem o Art. 66, inc. III, da Constituição Estadual, ser de iniciativa do Governador do Estado leis que disponham sobre organização da Defensoria Pública do Estado e das Polícias Civil e Militar.

Assim sendo, entendemos viciada de inconstitucionalidade a matéria, em razão da competência de iniciativa, motivo que nos leva a parecer contrário à mesma.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.03.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

Oswaldo Trevisan - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N° 046/93

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Anibal Khury, objetiva o ora mencionado Projeto de Lei, revogar o artigo 7° da Lei Complementar n° 46, de 20 de dezembro de 1989.

Analísado pela Comissão de Constituição e Justiça, mereceu parecer contrário, fundamentado na prerrogativa de incorrer em vício de origem, em vista da matéria ser de competência exclusiva do Governador do Estado.

O artigo 66 da Constituição Estadual, o qual fundamenta o parecer daquela Comissão, diz: "Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de competência privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre: ...III-Organização da Defensoria Pública do Estado e das Polícias Civil e Militar".

Analísando o próprio artigo supracitado, notamos constar, que o mesmo ressalva poder haver exceções desde que amparadas em outro dispositivo do texto constitucional. Esta exceção, encontramos no artigo 53 da Constituição do Estado, cuja redação afirma: "Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente: XI-organização do Ministério Público, da Procuradoria Geral do Estado, da Defensoria Pública, do Tribunal de Contas, da Polícia Militar, da Polícia Civil e demais órgãos da Administração Pública".

Como se verifica, o artigo 53 da Constituição Estadual, elenca a iniciativa do Deputado Anibal Khury entre aquelas que se podem originar do Poder Legislativo, não existindo, desta forma, o supramencionado vício de origem.

Deste modo, o nosso parecer é favorável ao trâmite deste Projeto nesta colenda Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.04.93

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente

ADEMAR LUIZ TRAIANO - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

PROJETO DE LEI N° 046/93

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Anibal Khury, objetiva o ora mencionado Projeto de Lei, revogar o artigo 7° da Lei Complementar n° 46, de 20 de dezembro de 1989.

Analísado pela Comissão de Constituição e Justiça mereceu parecer contrário sendo que em análise pela Comissão de Finanças, mereceu parecer favorável.

Esta Comissão de Segurança Pública, em análise ao mérito da questão, acredita qu

a Lei nº 46/89 "marginalizou" os Escrivães, Detetives e Agentes de Segurança, quando foram desvinculados dos Delegados de Polícia, já que a Polícia Civil é uma instituição que não funciona somente com o trabalho desses, mas principalmente com a colaboração daqueles, que prestam inestimáveis serviços à população.

Deste modo, deixando aqui o nosso voto de apoio à Comissão de Finanças pelo seu parecer acertado, opinamos favoravelmente à tramitação do Projeto nesta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.05.93.

(aa) ALGACI TÚLIO - Presidente
LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Relator

Sobre o referido Projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei Complementar nº 046/93. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei Complementar nº 046/93.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 053/93, de autoria do Deputado Carlos Simões, que altera artigos do Decreto nº 3926, de 17.10.88, e dá outras providências. (SANEPAR). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. (Publ. no DA. nº 11, de 08.03.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 053/93

PARECER:

O nobre Deputado Carlos Simões vem apresentar Projeto de Lei objetivando alterar a legislação que trata da tarifação dos serviços prestados pela SANEPAR.

Como os Artigos 53 e 65, da Constituição Estadual asseguram à Assembléia Legislativa e aos seus Membros a discussão e a iniciativa das matérias de competência do Estado, a presente Proposição está em condições de ser aprovada pela Casa.

É o parecer favorável.

Sala das Comissões, em 23.03.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
JOÃO IENSEN - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 53/93

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Carlos Simões, objetiva o ora mencionado Projeto de Lei, a alteração de artigos do Decreto nº 3926, de 17.10.88, e dá outras providências.

O Projeto em questão mereceu parecer

favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Não é de competência desta Casa de Leis, promover a alteração de Decretos do Poder Executivo, cabendo a este promover as alterações que julgar necessárias.

Acontece porém, que pelo mérito da questão o projeto mereceria ser aprovado por esta Casa. Deste modo, o nosso Parecer é FAVORÁVEL à apreciação do mesmo em Plenário, com o intuito de que seja encaminhada pelo seu autor, sugestão ao Chefe do Poder Executivo, consubstanciada no objeto da proposição ora em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.04.93.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR
Presidente e Relator.

Em votação:

O SR. DOUTOR ROSINHA (Para Discutir) - Senhor Presidente, Senhores Deputados, o Projeto de Lei nº 053/93, de autoria do Deputado Carlos Simões, se lermos atentamente, ele está alterando artigos e decreto.

Nós entendemos como Inconstitucional uma Lei alterando artigos e decreto. Uma Lei pode alterar outra Lei, o decreto também o seu semelhante.

Portanto, nós entendemos que é inconstitucional, nós queremos sugerir à Mesa Executiva que retire o Projeto da Ordem do Dia, consulte o Deputado Carlos Simões no sentido dele apresentar um projeto de lei substituindo todo o decreto, um Projeto de Lei semelhante ao decreto mas que cite o decreto; e aí sim com a redação que ele deseja para esses artigos.

Porque da maneira que está esta Casa não pode aprovar porque é totalmente inconstitucional.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa, atendendo a manifestação do Deputado Doutor Rosinha, transfere a votação desse Projeto para a Sessão de amanhã.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 074/93, de autoria do Deputado Ernani Pudell e outros, que dispõe sobre a criação de "Programa Emergencial de Saneamento Básico", no Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.S.P. **Aprovado.** (Publ. no DA. nº 16, de 16.03.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 074/93

PARECER:

Iniciativa do nobre Deputado Ernani Pudell, o Projeto de Lei em exame dispõe sobre a criação do "Programa Emergencial de Saneamento Básico no Estado do Paraná".

A intenção é priorizar no Estado ações preventivas que possam evitar a propagação da cólera, doença que vem se desenvolvendo no País em função da pobreza e das condições sanitárias desfavoráveis.

Não existe qualquer impedimento de natureza constitucional, legal ou regimental ao trâmite da matéria nesta Casa de Leis.

Vale registrar que o artigo 4º do Projeto de Lei determina que a origem dos recursos serão as dotações orçamentárias vigentes.

O artigo 2º autoriza a abertura de crédito suplementar pelo Poder Executivo.

Com base nestas considerações, ressaltando o aspecto social da proposição, emito parecer FAVORÁVEL ao Projeto de Lei.

Sala das Comissões, em 30.03.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

JOSÉ ARTHUR RITTI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 074/93

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Ernani Pudell, tem por objetivo o ora mencionado Projeto de Lei, dispor sobre a criação do "PROGRAMA EMERGENCIAL DE SANEAMENTO BÁSICO" no Estado do Paraná.

A Comissão de Constituição e Justiça, analisando a matéria posicionou-se favoravelmente.

No que compete à Comissão de Finanças, nada encontramos que possa obstar regimentalmente a tramitação do referido Projeto nesta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14.04.93.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente

DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PROJETO DE LEI Nº 074/93

P A R E C E R:

O Plano de Lei em tela, de autoria do Nobre Deputado Ernani Pudell e outros, tem por finalidade a criação do "PROGRAMA EMERGENCIAL DE SANEAMENTO BÁSICO" no Estado do Paraná.

O referido projeto mereceu pareceres favoráveis das Comissões de Constituição e Justiça e Finanças.

No âmbito desta Comissão encarregada de analisar o mérito da proposição, opinamos favoravelmente pela sua aprovação, devido ao relevante valor social que enseja o presente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.05.93.

(aa) DOMINGOS CARVALHO - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sobre a Mesa, Requerimento nº 1701 de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti,

constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1712, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1694, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1695, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs. 1702 a 1711, de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1713 a 1715, de autoria do Deputado Lourenço Fregonese, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1717, de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1718, de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs. 1723 e 1722, de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1724, de autoria do Sr. Deputado Ovídio Constantino, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs. 1729, 1728, 1727, 1740 e 1741, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1739, de autoria do Sr. Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. Retirado pelo autor.

O SR. DR. ROSINHA (Para Discutir) - Sr.

Presidente, Srs. Deputados, eu fiz tal requerimento porque a data aprovada do dia 14 apesar de ser uma data favorável aos dois, eu gostaria de estar presente neste dia para poder ouvir a explanação de ambos. É impossível a minha presença neste dia. Eu estarei no encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores em Brasília, domingo, e na segunda-feira permanecerei naquela cidade resolvendo questões referentes, inclusive, ao mandato que exercemos.

O esclarecimento que o ex-Secretário Delcino Tavares e o Dr. Mário Tourinho não podem estar presentes no dia 21 foi prestado pelo Deputado Renato Adur. Em função de que ambos não podem estar presentes é

desnecessário até a votação, se formos votar e aprovar ambos não poderão estar presentes porque estão com agendas ocupadas, eu retiro o requerimento e lamento a minha ausência, porque eu gostaria de ouvi-los e inclusive questioná-los naquele momento e é inviável, não pela minha vontade, mas justamente pela vontade até dos companheiros que trabalham com a gente no exercício deste mandato e o nosso mandato vai estar a serviço da comunidade naquele dia em Brasília quando nós iremos ao Tribunal de Contas da União, inclusive para pegar algumas questões da Secretaria de Saúde do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa defere o pedido de retirada de V.Exa..

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Nós mediante a solicitação do Deputado Rosinha, procuramos, de imediato, entrar em contato com o Dr. Tourinho e Deputado Delcino Tavares, em Brasília, e ele já havia nos confirmado a presença no dia 14 e também nos colocou a impossibilidade de estar aqui no dia 21.

Diante disto nós conversamos com o Dr. Rosinha e será mesmo no dia 14, ele se fará presente, ambos se farão presentes no dia 14, na Sessão Plenária.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Com os necessários esclarecimentos do Dr. Rosinha e Deputado Renato Adur, está retirado o Requerimento.

Requerimento n.ºs. 1699 e 1700, de autoria do Sr. Deputado Mário Bezerra, constantes do expediente. **Em Discussão.**

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Artigo 155, do Regimento Interno.

terno.

Requerimento n.º 1725, de autoria dos Srs. Deputados Doutor Rosinha, Ovídio Constantino e Ernani Pudell, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Artigo 155, do Regimento Interno.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 09, à Hora Regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 074/93.

1.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs. 089/92, 429/92 e 053/93.

Levanta-se a sessão.

Ato da Comissão Executiva:

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

RESOLVE:

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N.º 210/93
exonerar, a pedido, a funcionária Maria Elizabete Poli Kurowski, matrícula n.º 131, ocupante do cargo de Consultor Técnico "B"-NU-3, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Prot. n.º 1653)

Palácio "XIX de DEZEMBRO", em 19.05.93

ORLANDO PESSUTI - Presidente

ANIBAL KHURY - 1.º Secretário

DIRCEU MANFRINATO - 2.º Secretário